

O COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ALUNOS UNIVERSITÁRIOS NA APROPRIAÇÃO DE OBJETOS DIGITAIS NO QUADRO DO DIREITO AUTORAL: o caso dos alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal¹

Email:
jaciara3@gmail.com
lidia@ua.pt
cf.cfurtado@gmail.com

Jaciara Januario Silva, Lúdia Oliveira, Cássia Furtado

RESUMO

A reconfiguração do ciberespaço altera as dinâmicas sociais e coloca em evidência questões de cunho sociocultural, informacional, comunicacional e ético, a partir do acesso, uso e reuso de objetos digitais, de forma não consentida pelo autor das criações intelectuais. Contudo, essa abundância de conteúdos disponibilizados no ciberespaço requer dos utilizadores novas formas de agir, interagir e reagir diante deles. Assim sendo, esta investigação objetiva analisar os usos e representações dos estudantes dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal na utilização dos objetos digitais, nos âmbitos acadêmico e social, de forma articulada com as leis que regulam o direito de autor no ciberespaço. O desenho metodológico desta investigação segue o paradigma interpretativo e possui natureza mista (qualitativa e quantitativa). Os instrumentos de recolha de dados e fontes de informação são: **a)** inquéritos por questionários e entrevistas (aos diretores e coordenadores dos cursos e alunos); **b)** repositórios de trabalhos científicos, artigos científicos, entre outras fontes; e **c)** *documentos* (legislações e currículos dos cursos). O *locus* da investigação corresponde aos Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal, tendo como participantes alunos dos primeiros e últimos anos e Coordenadores/Diretores dos cursos. Considera-se que a análise dos comportamentos infocomunicacionais dos participantes envolvidos na investigação terá impacto no desenho curricular dos cursos, de forma a garantir reflexões sobre o significado real do uso consciente desses objetos, a partir de um enquadramento legal.

Palavras-chave: Comportamento Infocomunicacional. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Brasil e Portugal.

ABSTRACT

The reconfiguration of the cyberspace has changed social dynamics putting in evidence sociocultural, informational, communicational and ethical issues related to the access and reuse of digital objects, especially in what concerns the appropriation of intellectual creations. Furthermore, the high amount of content available in the cyberspace requires from users, new

¹ Projeto defendido e qualificado no Programa Doutoral em Multimédia em Educação, dos Departamentos de Comunicação e Arte-DECa e de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro/UA – Portugal, sob a orientação da Professora Doutora Lúdia Oliveira e coorientação da Professora Doutora Cássia Furtado.

forms of acting, interacting and reacting to them. Within this context, the present research aims at analyzing how college students, from public institutions in Brazil and Portugal, interpret the use of digital objects, taking into consideration academic and social perspectives and the laws that regulate copywriting in the cyberspace. The methodological design followed an interpretative paradigm with a mixed-method nature. As sources for data collection were used: a) questionnaires and interviews conducted with principals of the courses, coordinators and students; b) scientific repositories, papers, among other academic sources, and c) documents such as legislation and course syllabus. The locus of the research was the Library and Information Sciences' courses of public universities in Brazil and Portugal. The study had as participants, students of the firsts and last years as well as coordinators and directors of the aforementioned courses. It is considered that the analysis of the infocommunicational behaviors of the participants involved in the research will impact the curricular design those courses in order to guarantee some reflections about the real meaning of those objects' conscious uses, considering a legal framework.

Keywords: Infocommunicational behavior; Library Science; Information Science; Brazil and Portugal.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa proceder à análise dos usos e representações que os alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal têm na utilização dos objetos digitais, no âmbito acadêmico e social, assim como o conhecimento que dispõem sobre o Direito de Autor (DA) no ciberespaço.

No contexto contemporâneo em que o acesso à informação e ao conhecimento se faz, tendencialmente, através de suportes digitais (objetos digitais são entendidos como toda a tipologia de arquivos de texto, imagem, áudio, vídeo e/ou multimídia), é de toda a pertinência conhecer qual o nível de formação das novas gerações sobre as questões relativas ao direito autoral, que tipo de usos fazem desses objetos (acesso, partilha, manipulação, redistribuição de objetos digitais manipulados, etc.) e que representações têm sobre a legitimidade das apropriações que realizam.

A motivação para o desenvolvimento da pesquisa “O comportamento infocomunicacional dos alunos universitários na apropriação de objetos digitais no quadro do direito autoral: o caso dos alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal” começa a ser delineada a partir da experiência em sala de aula, enquanto docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, e que permitiu visualizar o potencial da aplicação e/ou utilização desses recursos, objetos digitais, na vida acadêmica e social dos alunos.

Tal afirmativa encontra-se alinhada à compreensão de que se vive numa sociedade marcada pelo uso rotineiro da *internet* e de suas aplicações e ferramentas; pela diversidade dos objetos digitais disponibilizados na *web*, quer sejam de forma gratuita, ou sob a égide do direito de autor, *copyright* e de licenças criativas.

Nesse contexto, percebe-se que, se de um lado existem recursos diversos, abundantes e de fácil acesso, do outro estão esses objetos digitais que precisam ser analisados à luz das

legislações vigentes. Pode-se visualizar, ainda, aspectos que se relacionam à qualidade e formas de disponibilização, bem como à fragilidade/volatilidade dos depósitos onde esses recursos são armazenados.

Ao entender que a Biblioteconomia tem como matéria-prima a informação registrada, independente do suporte que a abriga, mostra-se legítima uma investigação que discuta, reflita e analise a natureza criativa, original e legal de utilização desses objetos digitais, disponibilizados e/ou divulgados nessa nova configuração do espaço social pelos alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, à luz das legislações vigentes.

Observando-se essa conjuntura, percebeu-se um solo fértil para esta investigação nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Direito Autoral e Educação Superior. Tal convergência oportunizará a análise dos usos e representações dos alunos dos cursos e instituições referidas, na utilização dos objetos digitais nos âmbitos acadêmico e social, de forma articulada com as leis que regulam o direito de autor no ciberespaço.

O mérito e a atualidade da temática investigada conferem uma natureza inovadora/original à pesquisa, pois permite discutir, analisar e inferir os comportamentos dos futuros profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Esses comportamentos estão de acordo com a utilização e as representações que possuem sobre as potencialidades e legalidades envolvidas quando da decisão de usar, ou não, um objeto digital disponibilizado no ciberespaço.

Ademais, a assertiva de que a pesquisa é inovadora é possível de ser declarada em decorrência de pesquisas feitas nos repositórios acadêmicos, onde é depositado o conhecimento produzido nas pós-graduações do Brasil e de Portugal; e que são referência, como: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD) e, Portugal, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), nos quais não foram encontrados estudos com o foco analítico que aqui se propõe.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia é um fator determinante para a validação científica de uma investigação. Para tanto, deve conter uma estrutura que descreva e oriente o percurso, assim como assuma os caminhos que serão trilhados pelo pesquisador. Logo, apresenta-se o *research design* da pesquisa que envolve os seguintes tópicos: questão de investigação, objetivos, natureza da investigação, *locus* e sujeitos de investigação, técnicas de recolha de dados e fontes de informação.

2.1 QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa tem duas questões de investigação orientadoras, as quais se pretendem responder:

- 1) Quais os usos e representações dos alunos dos cursos de Biblioteconomia, Brasil, e Ciência da Informação, Portugal, no que respeita à apropriação dos objetos digitais?

Na procura de resposta a essa questão, através da investigação, ter-se-ão em consideração as dinâmicas de apropriação dos objetos digitais para fins acadêmicos e sociais, contemplando-as

no âmbito do comportamento infocomunicacional. O referencial formal sobre a legitimidade da apropriação dos objetos digitais é, naturalmente, o quadro legal estabelecido pelas leis/normativas do direito autoral no Brasil e em Portugal.

Como a investigação tem o seu recorte no contexto formativo, é pertinente que se equacione em que medida a formação prevê a aquisição de conhecimento ao nível do quadro legal estabelecido pelas leis/normativas do direito autoral. Desse modo, a segunda questão orientadora é:

- 2) Existe no currículo desses alunos disciplinas focadas à problemática do direito autoral relacionadas aos objetos digitais?

2.2 OBJETIVOS

Na busca em responder às questões de investigação orientadoras desta pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos geral e específicos.

O objetivo geral visa: analisar os usos e representações dos estudantes dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal na utilização dos objetos digitais, nos âmbitos acadêmico e social, de forma articulada com as leis que regulam o direito de autor no ciberespaço.

Para a consecução desse objetivo macro, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: **a)** comparar as legislações dos direitos autorais, referentes aos objetos digitais, do Brasil e de Portugal; **b)** verificar se os currículos acadêmicos contemplam o direito autoral relativo aos objetos digitais na formação dos estudantes de Biblioteconomia e Ciência da Informação; **c)** avaliar a apropriação que os alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação fazem dos objetos digitais em sua formação acadêmica e vida social quotidiana; **d)** comparar o uso dos objetos digitais nos ambientes acadêmico e social; **e)** apreender qual o nível de conhecimento da legislação sobre direito autoral que os alunos têm; **f)** avaliar qual o nível de respeito pelo direito autoral nas práticas de consumo e partilha de objetos digitais; e **g)** conhecer a perspectiva dos coordenadores e diretores dos cursos sobre a presença da problemática do Direito Autoral no currículo e a sua importância na formação dos alunos em causa.

2.3 NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO

O delineamento das questões de investigação permitiu as tomadas de decisões quanto aos aspetos metodológicos da pesquisa. Por assim ser, optou-se pelo paradigma interpretativo em virtude de permitir ao pesquisador interpretar e compreender o mundo social onde vivem os participantes, a partir dos seus contextos e significados (AMADO, 2014; COUTINHO, 2015).

Ademais, a investigação que ora se apresenta reúne características que lhe conferem o *status* de natureza mista (qualitativa e quantitativa), essa abordagem possui particularidades que isoladamente atendem as especificidades dos paradigmas positivista e interpretativo. Porém “Em geral, elas são utilizadas com propósitos distintos. A vantagem da integração consiste em retirar o melhor de cada uma para responder uma questão específica.” (PARANHOS et al, 2016, p.389).

Essa natureza mista reunirá, portanto, os aspetos qualitativo e quantitativo da pesquisa, agregando valor, profundidade e fiabilidade ao objeto investigado (vindo ao encontro do paradigma aqui assumido).

Com efeito, considerando que esta investigação visa analisar o discurso dos coordenadores e diretores de cursos sobre a problemática da formação acerca do direito autoral e sobre o comportamento infocomunicacional dos alunos, há claramente uma abordagem de natureza qualitativa. Contudo, essa perspectiva é complementada pela análise dos usos e representações dos alunos, que será recolhida através de inquérito por questionário de resposta tendencialmente fechada, que conduzirá a uma vertente quantitativa.

Essa análise quantitativa dos inquéritos por questionário será complementada, se necessário, com uma abordagem qualitativa, através da realização dos grupos focais (*focus group*) (um no Brasil e um em Portugal), quando serão apresentados e discutidos os resultados do inquérito por questionário, de modo a ter acesso aos discursos dos sujeitos em análise e respectiva interpretação.

Esse processo dialético, que parte do qualitativo (inquéritos por entrevista), passa pelo quantitativo e regressa ao qualitativo, configura-se como um meio de chegar a uma análise mais aprofundada sobre o contexto em estudo.

Sendo assim, a natureza mista da investigação oferece um carácter mais rico, que permite o aprofundar interpretativo dos resultados, bem como a investigação e a discussão de aspectos de ordem social, educacional e tecnológica, a partir da análise e compreensão dos comportamentos infocomunicacionais dos alunos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação dos dois países, Brasil e Portugal, respectivamente.

2.4 LOCUS E SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO

A tomada de decisão para o *locus* desta pesquisa em ambiente universitário e na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação decorrem do fato da pesquisadora trabalhar em Instituição de Ensino Superior (IES) federal e no curso de Biblioteconomia, e, ainda, ser doutoranda do Programa Doutoral em Multimédia em Educação, da Universidade de Aveiro/Portugal. Portanto, assume-se, assim, a investigação às demais IES federais que possuem o referido curso (área científica) no Brasil e públicas em Portugal.

Quanto aos sujeitos participantes, esta investigação envolve:

- a) Alunos do primeiro e último ano dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal, respectivamente;
- b) Coordenadores e diretores dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades do Brasil e Portugal.

2.5 TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Os instrumentos de recolha de dados e fontes de informação que irão subsidiar a análise, comparação, discussão e compreensão do fenómeno investigado, *a priori*, são:

- a) instrumentos de recolha de dados: inquéritos por questionário (*on-line*) e guião dos inquéritos por entrevista;

- b) fontes de informação: coordenadores e diretores dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, alunos dos referidos cursos e repositórios de trabalhos científicos (Repositórios Institucionais, bases *on-line* de artigos científicos, como *Scopus*, *Web of Science*, *Academic Search Complete*, *b-on*, Periódicos Capes, Eric, entre outras fontes, nomeadamente publicações em formato analógico, como livros sobre a problemática em estudo);
- c) documentos: leis e legislações que envolvem o direito autoral; e currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades investigadas.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A sociedade evolui e grandes modificações ocorrem na forma de ser e de viver dos seus partícipes. Em decorrência, os cenários sociais respondem, de forma positiva ou negativa, conforme as estruturas que vão sendo delineadas nas diferentes fases históricas (da Antiguidade Clássica à Contemporânea) e que estiveram sempre marcadas na construção, aplicação e uso de tecnologias.

Nesse percurso e, em particular, com a revolução industrial, os serviços e mão de obra, até então muito demarcados pela manufatura dos insumos, passaram a ser otimizados pela mecanização dos serviços, com a introdução de uma tecnologia mais fina e de grande impacto social. Em continuidade, o período posterior, denominado de era pós-industrial, foi caracterizado “como a sociedade centrada na informação e no conhecimento, [...] é uma economia alicerçada e dependente da comunicação, em toda a extensão da palavra” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, não paginado).

Evidencia-se, assim, um paradigma tecno-informacional, que tem como matéria-prima as Tecnologias de Informação (TI) e, posteriormente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cuja base está centrada nas redes e ambientes digitais, ampliando as novas formas de comunicar, relacionar e disponibilizar informações nas sociedades (civis e jurídicas). Para Castells (2005, p. 19),

O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de *performance* superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projectos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede.

A sociedade em rede, ainda, no ponto de vista de Castells (2005, p. 22),

[...] em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes.”

Esse modo *operandis*, aparentemente simples, compreende mudanças nunca antes imaginadas, as quais se afirmam a partir de meados dos anos 90 do século XX, com a generalização da comercialização do acesso doméstico à internet. Essas mudanças se tornam

progressivamente irreversíveis, pois os espaços físicos também se modificam; estruturas de redes se reconfiguram a partir da desmaterialização do espaço (ciberespaço); e esse espaço passa a abrigar diferentes objetos digitais.

No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em ‘níveis’, organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes ‘superiores’, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva (LÉVY, 1997, p. 158).

Contudo, essa reconfiguração de espaço implica, também, novas formas de lidar com o que dele deriva, a exemplo das redes, materiais multimídia e/ou objetos digitais, além das relações humanas e sociais. De fato, essas mudanças impactam na forma de se relacionar, organizar, utilizar, manusear e usufruir desses bens de produção e consumo, já que requerem do indivíduo habilidades/competências particulares para que possam se apropriar dos recursos gerados e disponíveis no ambiente digital. Tal ambiente é a mais-valia da Sociedade da Informação.

Todavia, se o combustível dessa transformação é o avanço tecnológico, o papel de lubrificante, de certo, é desempenhado pela informação, e o comportamento social age como engrenagem dessa máquina chamada sociedade, onde os utilizadores participam de um ecossistema digital que permite ampliar suas atividades de participação e uso das informações, além das atividades comunicacionais passivas comumente reconhecidas. Dessa forma, as práticas infocomunicacionais figuram num ambiente de socialização com conexão ubíqua, memória on-line e partilhável, gerando desafios para pesquisadores, organizações, governo e para os próprios indivíduos melhor usufruírem dessas oportunidades. (SILVA et al, 2011, p. 107).

Assim sendo, algumas áreas do conhecimento, como a Ciência da Informação (CI), Biblioteconomia (BI), Comunicação, entre outras, têm interesse em mapear, discutir e compreender como estão sendo desenvolvidas competências e comportamentos informacionais e comunicacionais dos utilizadores desses espaços, considerando o reuso e uso dos conteúdos disponibilizados no ambiente digital (*web*).

No ano de 1974, o bibliotecário americano Zurkowski apresentou o relatório *The Information service environment relationships and priorities* e introduziu, pela primeira vez, a expressão *Information Literacy* (DUDZIAK, 2012; SILVA, 2008). Segundo Dudziak (2012, p. 26), para Zurkowski, “... a informação adiciona valor ao país e à população. Segundo ele, há inúmeras rotas de acesso e fontes de informação que, muitas vezes, são subutilizadas. Técnicas e habilidades são necessárias no uso das ferramentas de acesso à informação, assim como no uso de fontes primárias”.

Para Silva (2008, p. 20), nesse momento inicial, a *Information Literacy* preocupa-se

[...] essencialmente com o uso da informação em contexto de trabalho e da resolução de problemas. Esta vertente formativa foi facilmente acolhida por bibliotecários, documentalistas e arquivistas na perspectiva de que os utilizadores de Biblioteca, de Centro de Documentação e de Arquivo precisam de ser orientados dentro dos meandros de instrumentos de pesquisa concebidos com aparente sofisticação e implícita dificuldade. Foi, pois, pelo primado da ajuda ao leitor e ao utilizador (ajuda na

descoberta do ‘prazer da leitura de livros’ e na ‘descodificação’ dos longos e complicados catálogos e inventários disponibilizados para aceder à informação) que o problema da literacia informacional entrou na agenda dos estudos biblioteconómicos.

Embora o trabalho de Zurkowski tenha influenciado pesquisadores em *Information Literacy*, é, de fato, na década de 1980, nomeadamente em 1989, a partir da publicação de um estudo da *American Library Association (ALA)* sobre a *Information Literacy*, que o conceito passou a ser conhecido (DUDZIAK, 2012,). Para Dudziak (2012, p.26) a ALA, em 1989, afirmava que

Para ser competente em informação (*information literate*), uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender.

Elas sabem como aprender pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela.

Com essa publicação, a divulgação do conceito sofreu traduções, em diferentes países. Diferentes significados e termos correlatos também surgiram. Embora a *Information Literacy* tenha as raízes na Biblioteconomia e Ciência da Informação, “a literatura produzida na área nem sempre tem sido unânime no uso e atribuição de seu significado [...]” (DUDZIAK, 2012, p. 27).

Todavia, o foco central da competência informacional foi inicialmente mantido por algum tempo, pois estava relacionado com as habilidades de busca e uso da informação, focando nos aspectos físicos e cognitivos, e nas interações humanas com os sistemas de informação, a partir dos processos de busca (fontes e canais de informação). Seus principais expoentes autores são: Wilson, 1999, 2000, Kuhlthau 2004, Fisher; Erdelez e McKechnie, 2005, Silva, 2006, dentre outros (SILVA et al, 2011).

Mais recentemente, com a reconfiguração do ambiente digital, a *web 2.0*, que integra os conceitos de comunicação, colaboração e partilha, envolveu, para além das abordagens clássicas da Competência Informacional, as abordagens da Competência Midiática (competência em comunicação) (as quais constituem o campo de estudo *Information and Media Literacy*). Essa reconfiguração do espaço resulta na alteração, também, dos comportamentos informacionais e midiáticos dos seus utilizadores. Tal caminho é ratificado pela UNESCO na proposta sobre Alfabetização Midiática e Informacional (WILSON et al, 2013).

Para Dudziak (2010, p. 232), as diferenças entre essas competências podem ser assim percebidas “enquanto a competência em informação está centrada no processo investigativo que se renova constantemente e modifica o sujeito nesta trajetória, a competência midiática centra-se mais nas formas de acesso, análise, avaliação e criação de mensagens em diferentes meios”. Logo, a forma de colmatar essas vertentes das competências é convergindo-as a um provável conceito que possa relacioná-las, sem, contudo, negligenciar suas particularidades. (BORGES; OLIVEIRA, 2011). A esse respeito, Borges (2011, p.147) diz que

[...] a despeito da possibilidade de levantar várias nomenclaturas e procurar suas fronteiras, estamos focando no termo ‘competências infocomunicacionais’, porque como veremos na conceituação, a seguir, as competências ora ligam-se à capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação – competências em informação –, ora referem-se à necessidade de estabelecer relações, negociar, articular, argumentar – competências

em comunicação – através das ferramentas digitais. Assim, parece mais adequado falar-se de “competências infocomunicacionais em ambientes digitais.

Portanto, a proposta das autoras Borges e Oliveira (2011) identificam as competências em ambiente digital sobre o prisma da capacidade de lidar com a informação e os aspectos relacionados à comunicação. No entanto, fazem um elo com mais uma competência, a operacional, já que uma competência estimula a outra.

Como forma de melhor visualizar essas relações, Borges e Oliveira (2011) apresentam os principais componentes e indicadores dessas competências, a saber: competências informacionais, competências comunicacionais e competências operacionais. Tais competências infocomunicacionais, por sua vez, poderão se manifestar no comportamento do utilizador (comportamento infocomunicacional).

Assim sendo, optou-se, *a priori*, por assumir, nesta investigação, a nomenclatura competências infocomunicacionais em ambientes digitais, conforme proposto por Borges e Oliveira (2011). Essa nomenclatura oferece o aporte, a partir dos critérios das competências requeridas no cenário digital, para analisar o comportamento dos alunos de Biblioteconomia e Ciência da Informação nos usos, manipulação, redistribuição, partilha e *remix* dos objetos digitais (arquivos) disponibilizados na *web*. Essa análise também está subsidiada pela âncora/quadro de ordem legal no uso ético e esclarecido dos objetos digitais por parte dos utilizadores.

No quadro da presente investigação, considera-se que se deve acrescentar competências transversais aos três domínios apresentados por Borges e Oliveira (2011), a saber: competências éticas e de direito de autor (OLIVEIRA; BALDI, 2016). Essas três competências são aplicáveis quer ao nível operacional, quer informacional, quer comunicacional. São elas que permitirão aos usuários um verdadeiro exercício analítico e crítico na sua atuação em ambientes digitais, a partir do conhecimento que deverão possuir do ordenamento jurídico de ordem autoral.

O direito autoral, por sua vez, está imbricado no direito ao acesso à informação, à comunicação, ao conhecimento e à cultura. Tais direitos são garantidos por leis e convenções internacionais, as quais nem o autor se pode opor.

Em contrapartida, as tensões envolvidas nesse campo são muitas. Ao transpormos deste ambiente mais consolidado, o tradicional, porém não menos polêmico, para o digital, os problemas e as discordâncias/discussões tornam-se ainda mais evidentes, visto que a lei não acompanha com a mesma agilidade, do ponto de vista do utilizador, a nova reconfiguração do espaço. Martins (p. 2012, p.54) diz que,

A princípio, podemos afirmar que, como não há restrições quanto às plataformas de abrangência das disposições legais relativas à proteção autoral, serão aplicadas para a *internet* as mesmas disposições cabíveis a qualquer outro meio em que estejam disponíveis obras protegidas pelos direitos autorais.

É, portanto, esse o cenário que se apresenta como fio condutor para compreender e analisar em que medida as competências ética e de direito de autor estão sendo observadas nos usos e reusos dos objetos digitais pelos utilizadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da execução do projeto que aqui se apresentam configuram-se como um contributo essencial para que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do Brasil e públicas de Portugal revejam os seus currículos, a partir do conhecimento de que esta tese aportará, de modo a incorporar as disciplinas/unidades curriculares que prevejam, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências. Esses fatores estimulam o uso ético e esclarecido dos objetos digitais pelos futuros profissionais das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como de outras atividades que envolvam a apropriação e uso desses materiais digitais.

Assim, pretende-se que a tabela das competências infocomunicacionais proposta por Borges e Oliveira (2011) venha a ser incrementada ao nível das competências/literacias relativas ao direito autoral, promovendo, também, as competências éticas e jurídicas.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. A investigação em educação e seus paradigmas. In: _____ (Ed.). *Manual de investigação qualitativa em educação*. 2.ed. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2014. p-19-71.

BORGES, J. *Participação política, internet e competências infocomunicacionais* : estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. 352 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Bahia, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/Tese-Jussara-Borges.pdf>>. Acesso em: 08 maio de 2016.

_____; OLIVEIRA, L. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. *Observatorio*, v.5, n. 4, p. 291–326, 2011. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/viewFile/508/460>>. Acesso em: 23 maio 2016.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In: _____; CARDOSO, G. (Org.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005. 435p. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/329970512_A_Sociedade_em_Rede_Do_Conhecimento_o_a_Accao_Politica_-_Manuel_Castells_Gustavo_Cardoso>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COUTINHO, C. P. *Metodologia de investigação em ciências sociais humanas: teoria e prática*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2015.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional e midiática no ensino superior: desafios e propostas para o Brasil. *Prisma.Com: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação*, n.13, p. 220–238, 2010. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2008/3236>. Acesso em: 01 jul.2019.

_____. Competências em informação: uma abordagem comunicacional constituição da área

de estudos da competência infomidiática. In: BORGES, J; JAMBEIRO, O. (Ed.). *Livro de Memória: Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social*, 2012. p. 25-30. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6971/1/Livro%20final.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2016.

LÉVY, P. *As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

MARTINS, B. C. P. *Direito autoral e obra intelectual : como a lei pode limitar a criatividade*. 2012. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas, UNICEUB, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, L.; BALDI, V. Do labirinto hipermediático à caixa dos cookies: da liberdade utópica da navegação ao enclausuramento na própria navegação. In: ENCONTRO DA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 10., 2016, Porto. 34 slides.

SILVA, L. L. da et al. Reflexões teóricas sobre o comportamento informacional na era pós-custodial: perspectiva para um estudo de utilizadores em redes sociais na internet. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 5., 2011, Badajoz. Anais...Badajoz, 2011. Disponível em:< <http://eprints.rclis.org/23036/>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SILVA, A. M. da. Inclusão digital e literacia informacional em Ciência da Informação. *Prisma.Com*, v. 7, p.16-43, 2008. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2082/1917> >. Acesso em: 11 maio 2016.

PARANHOS, R. et al. Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologia*, v.18, n.42, p.384-411, 2016. Disponível em: <http://ww.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000200384&lng>. Acesso em: 11 abr. 2018.

TARAPANOFF, K. M. A.; SUAIDEN, E. J.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, v.3, n. 5, não paginado, 2002. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/884/1/ARTIGO_FuncoesSociaisOportunidadesProfissionais.pdf >. Acesso em: 01 maio.2016.

WILSON, C. et al. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasil: UNESCO:UFTD, 2013. 194p. Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/media-and-information-literacy-curriculum-for-teachers/>>. Acesso em: 30 jun.2019.